



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - POSGRAP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - NPGeo



“30 ANOS DE CONTRIBUIÇÃO À GEOGRAFIA”

São Cristóvão, 29 e 30 de Agosto de 2013.

IMPERIALISMO E AGRONEGÓCIO

Autor: **Lucas Gama Lima**

Universidade Federal de Sergipe

Membro do Grupo de Pesquisa Estado Capital Trabalho e as
Políticas de Reordenamento territorial (GPECT)

lucasaelima@yahoo.com.br

Orientadora: **Prof. Dra. Alexandrina Luz Conceição**

Universidade Federal de Sergipe

Coordenadora do Grupo de Pesquisa Estado Capital Trabalho e as
Políticas de Reordenamento territorial (GPECT)

aluzcon@hotmail.com

1-Introdução

O presente estudo dedica-se a desvelar o imperialismo no campo brasileiro no século XXI, tendo como fulcro de investigação, a análise da dinâmica de acumulação de capital sob égide do capitalismo financeiro ou monopolista. Nas últimas décadas o imperialismo como categoria de análise, perdeu centralidade nas análises da macroeconomia e geopolítica mundial, sendo substituído por categorias como globalização, mundialização e neoliberalismo. Não raramente, o imperialismo passou a ser concebido como uma investida militar de uma nação sobre outra ou, o que representa um pensamento mais simplificador, uma ação militar e econômica dos Estados Unidos. *Prima facie*, todos estes pressupostos parecem estar corretos quando se prescinde do estudo das contradições imanentes ao movimento do capital e do significado do imperialismo. Diametralmente diferente, afirmamos que o imperialismo como categoria analítica segue válido, não obstante as “mudanças” no/do capitalismo – pois como disse Fontes (2010) as transformações no interior desse modo de produção destinam-se a preservá-lo – ao largo de mais de um século que impele a uma atualização da crítica imperialista cunhada pelos autores da Segunda Internacional, a saber, Hilferding (1985), Bukharin (1984) e Lenin (2002).

Consideramos que o advento do imperialismo na segunda metade do século XIX, correspondeu a um momento singular do desenvolvimento capitalista que consistiu na

unidade entre o capital monetário portador de juros e o capital industrial – cujo resultado é a formação do capital financeiro – e na nova fase do desenvolvimento capitalista, assinalada pelo poder dos monopólios. Até meados da década de 1960, a economia imperialista dos países centrais protagonizou invasões, saques, guerras, expropriações, lucros extraordinários e toda sorte de expedientes contra os países periféricos para assegurar a reprodução ampliada do capital dos monopólios e remunerar o capital monetário portador de juros e, em menor quantidade, o capital fictício. Entretanto, a crise de acumulação do capital nos albores dos anos de 1970 ensejou alterações na organização do capitalismo. Houve uma reestruturação produtiva do trabalho baseada na incorporação de tecnologia altamente poupadora de capital variável, que incidiu deletariamente na fragmentação sindical e política dos trabalhadores; o rompimento unilateral do acordo de Bretton Woods, que pôs fim ao padrão ouro-dólar e impulsionou a livre especulação cambial; a criação de meios de comunicação que permitiram a integração do sistema financeiro e a sincronização do ciclo de acumulação do capital entre as empresas multinacionais; e a desregulamentação das políticas fiscais e monetárias dos países periféricos, que flexibilizou a entrada/saída de capitais. Estas alterações estavam balizadas nas tendências do desenvolvimento do capital, já anunciadas por Marx (1988), e cujo devir foi o maiúsculo descolamento do processo produtivo da propriedade do capital em proporções bem superiores ao observado por Hilferding, Bukharin e Lenin.

No capitalismo atual vigoram relações sociais que já não estão pautadas somente na busca pela exploração de mais-valor. Embora esta permaneça indispensável para o capitalismo, compreende-se que a economia é comanda pela lógica onisciente do D-D', e os Estados contribuem para o aprofundamento deste quadro com sua própria participação no mercado financeiro, através da venda de títulos de sua dívida soberana, além da concessão de empréstimos e desregulamentação dos mercados. Ademais, nas novas condições em que se delinea o processo de acumulação do capital, verifica-se que a escala de sua atuação é (re)ssignificada. O capitalista continua a depender da escala do local para a valorização do valor, produção de mais-valia por meio do trabalho explorado, porém, a acumulação do capital, paulatinamente, descolou-se da escala local, forjando um processo de auferição de lucros (fictícios) que se consuma em escala global. Trata-se de um imperialismo distinto daquele analisado pelos pensadores da II Internacional, haja vista que o capital financeiro eminentemente especulativo se desenvolveu assumindo dimensões inauditas.

No campo, o imperialismo assinala a proteção aos grandes empreendimentos agropecuários, a commoditização da produção alimentar, a apropriação privada das fontes mundiais de água potável e a perda da soberania alimentar de vários países periféricos. O

agronegócio emergiu como um processo que combinou a integração técnica das atividades industriais junto às atividades agropecuárias, associado ao financiamento bancário e financeiro. No agronegócio, a produção agropecuária dedica-se a obtenção de lucros que assegurem o pagamento de dividendos e a continuidade do processo especulativo. À frente do agronegócio e ávidas pelos referidos lucros estão empresas monopolistas de atuação em escala internacional, associadas aos bancos ou outras modalidades de financiamento, a exemplo dos fundos de pensão, que controlam a produção, a distribuição e a circulação de sementes, os fertilizantes, os agrocombustíveis, as fontes de abastecimento aquífero, etc. A vinculação com o capital financeiro alienou os cultivos de sua função precípua, qual seja, a alimentação dos povos, haja vista que em vários países produtores de grãos (Estados Unidos, Canadá, Argentina, Brasil, entre outros) as colheitas se destinam a atender a produção de energia industrial dentro e fora de seus territórios, tendo seus preços controlados pelo mercado de futuros nas bolsas de valores de todo o mundo.

as bolsas de mercadorias e futuro tornaram-se o centro regulador dos preços mundiais das commodities. Na Bolsa de Chicago se decide os preços da soja, milho, trigo, farelo e óleo de soja. Na Bolsa de Londres são definidos os preços do açúcar, cacau, café, etc. Na Bolsa de Nova York correm as cotações do algodão, açúcar, cacau, café e suco de laranja, etc. No Brasil, não tem sido diferente, a BM&F Bovespa atua no mercado futuro de soja, milho, café, etanol e boi gordo. Na Bovespa estão as ações da SLC Agrícola, Brasil Agro, BRF-Brasil Foods, JBS, Marfrig, Minerva, Cosan, São Martinho, Tereos, Fibria, Suzano, Klabin, Duratex, Eucatex e Ecodiesel (OLIVEIRA, 2012, p. 06).

A singularidade desse processo de sujeição do campo aos interesses do imperialismo é que a terra enquanto bem não reproduzível e fonte de vida (alimentos, água, etc) para a espécie humana está sendo paulatinamente subsumida formal e realmente pelo capital, através da atuação dos monopólios. Assim, podemos considerar que a expansão do agronegócio nas terras agricultáveis do mundo assinala o momento mais ameaçador à sobrevivência da humanidade.

2-Metodologia

A proposta metodológica objetiva estabelecer uma discussão teórica sobre a síntese em que se plasma o capitalismo imperialista na produção do espaço geográfico. Abordando as contradições não como uma inconformidade, mas como um motor que move a história, o estudo em curso está sustentado no materialismo histórico dialético, tendo como condição básica o entendimento processual da totalidade contraditória das relações políticas e sociais, subordinadas pelo capital mundializado.

3- Expectativa de resultados

A pesquisa em questão ainda dá seus primeiros passos. Entretanto, podemos anunciar que os resultados até o presente momento, indicam que o imperialismo no campo representa a hegemonia do agronegócio, resultando num cenário desalentador para a humanidade, haja vista que a apropriação monopólica sobre um bem natural e não reproduzível pode significar – para além do aprofundamento das desigualdades de classe – a extinção da espécie, a longo prazo.

4- Referências

BUKHARIN, N. A economia mundial e o imperialismo: esboço econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

FONTES, Virgínia. O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV/ Editora UFRJ, 2010.

HILFERDING, Rudolf. O capital financeiro. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____. O imperialismo: fase superior do capitalismo. Tradução de Silvio Donizete Chagas. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2002.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A mundialização da agricultura brasileira. Bogotá: XII Colóquio Internacional de Geocrítica, 2012.

Eixo de Inscrição: Análise agrária